



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LOGÍSTICA - SELOG/DITEC/PF

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08059.003013/2016-42

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Bebedouro industrial	355418	Unidade	8	11.934,96
2	Bebedouro tipo garrafão	6173	Unidade	27	17.160,66
3	Refrigerador Frost Free	235281	Unidade	5	10.091,40
4	Freezer horizontal	222827	Unidade	1	2.279,10
5	Microondas	34703	Unidade	5	2.598,00
6	Frigobar	222841	Unidade	19	17.140,85
7	Televisor smart 55 polegadas	29718	Unidade	8	25.336,24
8	Suporte de parede para TV	341261	Unidade	3	317,97
9	Suporte tipo pedestal para televisor	440646	Unidade	5	4.767,35
10	Freezer vertical	380387	Unidade	8	18.213,92
11	Refrigerador Cycle Defrost	138622	Unidade	3	7.260,09
TOTAL					117.100,54

1.2 Em observância ao previsto no art. 48, I da Lei Complementar 123/2006 (atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), todos os itens da presente licitação destinam-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP/COOP).

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. Especificações técnicas dos equipamentos:

1.6.1 - Item 1: Quantidade 8 - Bebedouro industrial com capacidade de 50 litros, com fornecimento de água em temperatura natural ou gelada, com duas torneiras, com voltagem de 220 Volts, aparador de água frontal inox com dreno, certificado pelo INMETRO, gabinete em aço inox, com dimensões (A x L x P) aproximadas de 137 x 61 x 56 cm, dotado de compressor, regulagem de temperatura por termostato externo, gás refrigerante inofensivo à camada de ozônio e garantia de fábrica de 12 meses. Modelo de referência bebedouro industrial inox 50 litros coluna – Frisbel ou equivalente.

1.6.2 - Item 2: Quantidade 27 - Bebedouro de coluna, cor branca, para garrações de 20 litros, com fornecimento de água em temperatura natural ou gelada, com duas torneiras, bandeja removível, com voltagem de 220 Volts, certificado pelo INMETRO, gabinete em aço inox, com dimensões (A x L x P) aproximadas de 980 x 320 x 330 mm, dotado de compressor, regulagem de temperatura por termostato, gás refrigerante inofensivo à camada de ozônio e garantia de fábrica de 12 meses. Modelo de referência bebedouro IBBL GFN 2000 ou equivalente.

1.6.3 - Item 3: Quantidade 5- Refrigerador vertical duplex, de uso doméstico, sistema de refrigeração “Frost-free”, voltagem 220V, capacidade total mínima de 250 litros e máxima de 400 litros, admitindo-se uma variação de 10% no limite superior. O refrigerador deverá utilizar gás refrigerante inofensivo à camada de ozônio, possuir selo PROCEL, de eficiência energética, com certificação expedida por entidade competente e garantia de fábrica de 12 meses.

1.6.4 - Item 4: Quantidade 1 - Freezer horizontal, sistema de degelo por acionamento manual, voltagem 220V, capacidade variando de 420 a 500 litros, admitindo-se uma variação de 10% nos limites, com cestos removíveis. O freezer deverá utilizar gás refrigerante inofensivo à camada de ozônio, possuir selo PROCEL, de eficiência energética, com certificação expedida por entidade competente e garantia de fábrica de 12 meses.

1.6.5 - Item 5: Quantidade 5 - Forno microondas, de uso doméstico, com capacidade de 28 litros, admitindo-se uma variação de 20% para mais, gabinete em aço inox, com potência entre 700 - 800 W, com vários níveis, com painel digital e prato

giratório. O equipamento deverá possuir selo PROCEL, de eficiência energética, com certificação expedida por entidade competente e garantia de fábrica de 12 meses. Modelo de referência Eletrolux MEP37 ou equivalente.

1.6.6 - Item 6: Quantidade 19 - Frigorifer, de uso doméstico, cor branca, capacidade total mínima de 116 litros, dimensões máximas de 500 x 880 x 550 mm (largura x altura x profundidade), peso máximo de 30 kg,. O equipamento deverá utilizar gás refrigerante inofensivo à camada de ozônio, possuir selo PROCEL, de eficiência energética, com certificação expedida por entidade competente e garantia de fábrica de 12 meses.

1.6.7 - Item 7: Quantidade 8 - Televisor LED smart 55 polegadas, 220 V, WI-FI integrado, com no mínimo 2 entradas USB e 2 entradas HDMI, conversor digital de TV interno. O equipamento deverá possuir selo PROCEL, de eficiência energética, com certificação expedida por entidade competente e garantia de fábrica de 12 meses. Modelo de referência televisor LG modelo 55UK6540PSB ou equivalente.

1.6.8 - Item 8: Quantidade 3 - Suporte de parede para televisor de até 60 polegadas em aço carbono com pintura eletrostática preta acompanhado de buchas e parafusos de fixação.

1.6.9 - Item 9: Quantidade 5 - Suporte tipo pedestal para televisor de até 60 polegadas em aço carbono com pintura eletrostática preta ou cromada, e tratamento anti-corrosão, coluna em aço inox, com canaleta de cabeamento para esconder os fios que permita a passagem com tomadas, coluna com regulagem de altura com no mínimo três níveis, uma prateleira de altura regulável em vidro temperado resistente a impactos ou em metal, base com rodízios, o suporte de fixação da TV deve atender aos padrões Vesa 100/100, 100/200, 200/200, 400/400 e 600/400 mm, Dimensões mínimas: 120 cm altura, 50 cm largura, 50 cm de profundidade.

1.6.10 - Item 10: Quantidade 8 - Freezer vertical, sistema do tipo "Cycle Defrost", voltagem 220V , capacidade variando de 200 a 250 litros. O equipamento deverá utilizar gás refrigerante inofensivo à camada de ozônio, possuir selo PROCEL, de eficiência energética, com certificação expedida por entidade competente e garantia de fábrica de 12 meses. Modelo de referência Freezer Vertical Eletrolux, Cycle Defrost 203 litros, tipo FE26 ou equivalente.

1.6.11 - Item 11: Quantidade 3 - Refrigerador vertical duplex, de uso doméstico, sistema do tipo "Cycle Defrost", voltagem 220V , capacidade total mínima de 250 litros e máxima de 400 litros, admitindo-se uma variação de 10% no limite superior. O equipamento deverá utilizar gás refrigerante inofensivo à camada de ozônio, possuir selo PROCEL, de eficiência energética, com certificação expedida por entidade competente e garantia de fábrica de 12 meses. Modelo de referência Freezer Vertical Eletrolux, Cycle Defrost 362 litros, tipo DC44 ou equivalente.

1.7. Todos os objetos descritos no item 1.8 devem estar acompanhados dos respectivos manuais do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de atender as demandas da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, localizada no Setor Policial Sul em Brasília/DF, devido a implantação do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forense, uma vez que, a falta dos equipamentos impacta no funcionamento das instalações e, por consequência, prejudicará o bom andamento e desempenho das atividades meio e fim da Polícia Federal.

2.2. As obras de implantação do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forense, implicam em uma área construída de 19.800 m² (dezenove mil e oitocentos metros quadrados) criando assim novas salas, laboratórios, refeitórios, salas de treinamento e copas, nas quais os equipamentos descritos no item 1.1 serão instalados.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata-se de bens de consumo usual nos órgãos públicos, de especificação conhecida no mercado público e descritas de forma objetiva. Tais especificações coadunam-se com a estrutura procedimental do Pregão, na medida em que é menos formalista e mais célere, não importará prejuízo à análise do objeto licitado.

3.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 7.174, de 2010 e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, no seguinte endereço, Setor Policial Sul em Brasília/DF, localizada na SAIS quadra 07 lote 23, Edifício INC, terça e quinta-feira no horário de 9h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado

4.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que será submetida à apreciação pela Administração;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for

necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

11.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 deste Termo de Referência.

11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. A dotação orçamentária da contratação será por conta da Fonte 0100000000, natureza de despesa 449052, plano interno PF 99900AG19.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2019.

JULIO COELHO FERREIRA DE SOUZA
Integrante Requisitante Titular

DESPACHO

1. Concorde com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com Art. 9º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005.
2. Aprovo este Termo de Referência.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Diretor Técnico-Científico

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **JULIO COELHO FERREIRA DE SOUZA, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 14/02/2019, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Diretor(a)**, em 15/02/2019, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9939562** e o código CRC **9B1A1CEA**.